

## CAPÍTULO XI

### **A Aliança de Classes**

O Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente pressupõe a existência de um modelo político. Mais precisamente, e usando a terminologia proposta por Gramsci, este Estado pressupõe a existência de um bloco histórico que assuma o papel de elite dirigente e exerça sua hegemonia, ou seja, imponha sua supremacia ideológica sobre a sociedade através do aparelho do Estado. O bloco histórico é na verdade não apenas a aliança de classes baseada em uma forma específica de apropriação do excedente, mas também uma estrutura jurídico-estatal e uma estrutura ideológica hegemônica que garantam as relações de produção vigentes e consagradas pela aliança de classes.

Nos termos do conceito que estamos utilizando de Estado, cujos elementos constitutivos são uma elite dirigente, um corpo de funcionários e uma força militar, a aliança de classes realiza-se ao nível da elite dirigente. Esta não é outra coisa senão a representante das classes dominantes. No Estado Liberal, em que estes três elementos estavam bem definidos, a elite dirigente era formada por políticos profissionais, originários da própria burguesia (grande e pequena burguesia). A sociedade civil, dominada pela burguesia, distinguia-se também claramente do Estado, sobre o qual exercia seu poder através da elite política.

Nem sempre, nos países centrais, a burguesia estava perfeitamente unida. As distinções e divisões entre grande e pequena burguesia, entre burguesia comercial, industrial, financeira e agrária eram às vezes signifi-

cativas. Em todo o longo período de transição entre o feudalismo e o capitalismo também eram necessárias alianças entre a aristocracia decadente e a burguesia em ascensão. O Estado Absolutista é o resultado deste tipo de bloco histórico. Com a emergência do proletariado, no século XIX, a burguesia foi obrigada em certos momentos a estabelecer alianças com ele. O bonapartismo é o melhor exemplo deste tipo de aliança. Nos países periféricos, o Estado Populista é a forma específica que assume o bonapartismo.

Seja, entretanto, no Estado Liberal, em sua forma pura, seja nas diversas formas de aliança de classes mencionadas, a elite política dirigente, a partir do momento em que o modo de produção capitalista se torna dominante, distingue-se claramente da burocracia civil e militar, cujo papel é eminentemente subordinado. Ao contrário do que ocorria nos modos de produção pré-capitalistas, em que a classe dominante se confundia com a atividade militar, no capitalismo os exércitos organizam-se, profissionalizam-se, burocratizam-se e assumem um papel distinto e subordinado no corpo do Estado. Apenas nos momentos de crise institucional seu poder pode aumentar, mas em pouco tempo a burguesia logra devolver os militares aos quartéis. A burocracia civil também cresce, profissionaliza-se, ganha uma estrutura rigidamente hierarquizada e regulamentada, distinguindo-se claramente da classe dominante a que serve.

### **Tecnoburocracia, Burguesia e Multinacionais**

No Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente estas distinções voltam a apagar-se exatamente à medida que a burocracia civil e militar passa a participar também diretamente da elite política dirigente. O número de seus membros aumenta de maneira extraordinária como consequência do crescimento do aparelho burocrático estatal e paraestatal e da multiplicação das grandes organizações empresárias burocráticas privadas. Por outro lado, o controle que exercem sobre o conhecimento técnico e organizacional confere-lhe também crescente poder. E o simples fato de os burocratas militares controlarem as armas torna seu poder ainda maior. As modificações quantitativas e qualitativas por que passa a burocracia são de tal monta que não apenas permitem a configuração de uma nova classe, ao lado da classe capitalista e da classe trabalhadora, mas também justificam a adoção de uma nova nomenclatura: tecnoburocracia.

A tecnoburocracia civil e militar continua a constituir o corpo de funcionários e a força pública do Estado, mas agora ela também participa

da elite política dirigente em associação com os representantes da burguesia. Em outras palavras, a classe capitalista, com suas eventuais subdivisões, deixa de ser a única classe dominante. Temos agora duas classes dominantes: a capitalista ou burguesia, que na América Latina ainda detém a maior soma de poder, e a tecnoburocracia civil e militar. Nesse sentido Fernando Henrique Cardoso, referindo-se aos casos da Argentina, Brasil e México, onde “regimes de ‘autocraciaburocrática’ civis e militares” se instauram, afirma: “As classes economicamente dominantes quando fazem-no quase corporativamente por seu entrosamento direto com o aparelho do Estado e este está controlado por um aparelho burocrático (de predominância civil, no caso do México, ou militar nos outros casos...) Este aparelho burocrático tem “amplos limites de liberdade de decisão, sempre e quando não ultrapassem os marcos impostos pelo ‘padrão de desenvolvimento adotado’ e principalmente pela forma consagrada de acumulação” (1972, pp. 24-25).

A nova classe tecnoburocrática está inserida tanto nas organizações burocráticas privadas quanto estatais. Seu poder político crescente, entretanto, está baseado principalmente no controle funcional do Estado, já que os tecnoburocratas privados ainda dependem diretamente de seus patrões: burguesia local ou empresas multinacionais. A tecnoburocracia estatal civil e militar torna-se assim uma das peças essenciais do bloco histórico que se forma nos países caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado. Este bloco histórico traduz a existência de uma formação social mista, em que o modo de produção capitalista é ainda dominante, mas os traços do modo tecnoburocrático de produção já são claros. Esta configuração ao nível político e portanto superestrutural tem naturalmente sua contrapartida ao nível das relações de produção e das forças produtivas, onde traços capitalistas e tecnoburocráticos também convivem e interagem.

O Estado, porém, não é apenas capitalista e tecnoburocrático, é também dependente. Isto significa que é preciso um terceiro elemento ao novo bloco histórico que se forma com base no subdesenvolvimento industrializado: as empresas multinacionais. Com a entrada em massa das empresas multinacionais manufatureiras nos países periféricos, define-se um novo tipo de imperialismo, que não atua mais diretamente, através do domínio político direto dos Estados centrais, como aconteceu na Ásia e África no século passado e durante a primeira metade deste século, nem ocorre principalmente via comércio internacional. Estes são os padrões do velho imperialismo, que entra em crise a partir dos anos trinta. O novo imperialismo está baseado nas empresas multinacionais manufatu-

reiras, que só contam com seus respectivos Estados nacionais em momentos de crise política.

O fato de as empresas multinacionais serem o terceiro componente da elite política dirigente não significa que elas se encontrem diretamente representadas. Pelo contrário, não só isto seria impraticável, mas também não interessa às multinacionais, que procuram sob todas as maneiras possíveis fazer-se notar o menos possível no plano político. Escaldadas por experiências nacionalistas traumáticas, elas são extremamente cautelosas em sua ação política. Só perdem a cautela em casos excepcionais, como aconteceu no Chile de Allende. Porém aquele não era um Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente, mas a tentativa de implantar um Estado socialista democrático em um país periférico.

No Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente a empresa multinacional faz parte do bloco histórico dominante, mas em princípio não se faz representar diretamente no sistema político. Sua representação no poder se faz indiretamente através da burguesia e da tecnoburocracia locais. A burguesia local, especialmente, perdeu quase totalmente o caráter "nacional" que a ideologia populista pretendia atribuir-lhe, de forma que é uma aliada tranqüila das empresas multinacionais. A burguesia local foi até certo ponto nacionalista enquanto se tratava de industrializar o país, protegendo a produção local contra a importação de similares estrangeiros. A partir do momento em que essa proteção se consolida, e que as empresas multinacionais passam a investir diretamente no país, a posição da burguesia industrial toma outra feição. Percebe imediatamente que a associação com as multinacionais, ou os contratos de fornecimento, ou os contratos de distribuição, ou a própria venda de suas empresas por bom preço são hipóteses mais interessantes do que a simples oposição à entrada das multinacionais.

Nestes termos, a burguesia industrial, que se constituíra em um projeto de burguesia nacional no período populista, transforma-se em uma mera burguesia local. Naquele período, para ascender e apropriar-se do excedente acumulável, ela, apoiada no Estado Populista, entrara em conflito com a burguesia agrário-mercantil decadente associada ao velho imperialismo. Entretanto, quando as oportunidades de transferência de renda do sistema exportador se esgotam, desaparecem as razões para conflitos ao nível da classe capitalista. A entrada das empresas multinacionais manufatureiras, por sua vez, leva a burguesia industrial a ela associar-se. E já nos anos sessenta não se pode mais sequer falar em projeto de burguesia nacional. Temos apenas uma burguesia local. Certos setores ainda em vias de afirmação econômica, competindo com a importação de

similares estrangeiros, ou então certos setores industriais e comerciais marginalizados do processo de crescimento podem ainda pretender uma afirmação nacionalista, mas constituem exceção à regra geral.<sup>56</sup>

As empresas multinacionais acham-se assim presentes na elite política dirigente através de seus representantes originários da tecnoburocracia e principalmente da burguesia local. Sua posição é ao mesmo tempo cautelosa e cômoda. Este último fato deve-se à circunstância de conhecerem muito bem a importância do papel que desempenham no modelo de modernização adotado. Na medida em que este modelo está voltado para a reprodução dos padrões de consumo do centro, o papel das multinacionais é essencial em dois momentos. Em um primeiro momento, porque elas detêm a tecnologia de processo e de produto que permite o desenvolvimento da indústria de bens de consumo de luxo. Em um segundo momento porque, como o padrão de acumulação baseado na produção desses bens tem um alto coeficiente de importações, elas se tornam essenciais para financiar o déficit comercial e de serviços do balanço de pagamentos. Nestes termos, é cômoda a posição das multinacionais nesse modelo político. Ao invés de preocupar-se com nacionalizações e outras restrições, elas são realmente disputadas pelos Estados periféricos para investir mais, ainda que esses investimentos sejam feitos principalmente com recursos locais.

### Os Excluídos

O modelo político típico do subdesenvolvimento industrializado e específico do Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente está, assim, baseado em uma tríplice aliança da burguesia local, da tecnoburocracia estatal civil e militar (secundariamente da tecnoburocracia privada) e das empresas multinacionais. A classe trabalhadora tanto urbana quanto rural e os demais grupos sociais intermediários, principalmente os intelectuais e artistas não comprometidos e os estudantes, estão excluídos do sistema político.

A exclusão da classe trabalhadora é uma condição necessária para crescimento do modelo de subdesenvolvimento industrializado, na medida em que a concentração de renda e a transferência da mais-valia relativa para as classes dominantes são traços essenciais do processo de modernização, ou seja, do processo de desenvolvimento voltado para a imitação

<sup>56</sup> Examinei este problema mais extensamente, com referência específica para o Brasil, em *Apenas uma Burguesia Local* (1976, b).

das formas de vida dos países centrais. Não basta, entretanto, afirmar que essa é uma condição necessária. É também importante saber porque e em que medida ela é uma condição possível.

Em relação à exclusão dos trabalhadores rurais não é necessário muita argumentação. Já no pacto populista eles estavam totalmente excluídos. Glaucio Dillon Soares demonstrou muito bem que em todo o processo de desenvolvimento foram sempre eles os principais prejudicados (1973). Talvez o México, com seu projeto de reforma agrária, constitua uma exceção. Mas também a Revolução Mexicana, em que a participação camponesa foi decisiva, foi historicamente excepcional. Em geral, o poder político dos trabalhadores rurais é nulo ou praticamente nulo, já que não lhes são concedidas condições mínimas de organização sindical. Qualquer tentativa nesse sentido, como por exemplo a experiência das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro, no início dos anos sessenta, é considerada altamente subversiva e em seguida reprimida.

Já a exclusão dos trabalhadores urbanos é menos óbvia. Do pacto populista eles tomaram parte, ainda que sempre em condições subordinadas. O fato de os sindicatos estarem sob controle do Estado é indiscutível, mas não esclarece porque isto tem sido possível. Talvez o problema ganhe um pouco mais de clareza se examinarmos a relação de forças entre as classes dominantes e a classe trabalhadora de um ponto de vista histórico. A classe trabalhadora, nos países periféricos, dada a oferta ilimitada de mão-de-obra que em geral prevalece, é uma classe em princípio fraca e desorganizada. No Estado Oligárquico, quando a oligarquia agrário-mercantil dominante estava perfeitamente coesa, os trabalhadores não tinham qualquer possibilidade de participar do poder. No período populista, quando ocorre a crise do modelo primário-exportador ao mesmo tempo em que emergem novas classes urbanas ligadas à industrialização substitutiva de importações, vemos a classe dominante dividir-se em diversas frações. Neste momento, o grupo industrializante que assume o poder recorre ao apoio da classe operária urbana. Este apoio, evidentemente, não é gratuito. Implica em conceder à classe operária urbana, e principalmente aos setores mais organizados desta, uma série de benefícios sociais, além de uma efetiva elevação do nível médio dos salários reais. Esta política era viável sem maior prejuízo para a taxa de lucros da fração capitalista dominante, na medida em que era possível transferir renda do setor exportador.

Nos anos cinqüenta, porém, quando a industrialização se consolida, quando o setor primário-exportador entra definitivamente em decadência e não só não possibilita maiores transferências de renda mas também não

aspira mais à retomada do poder, quando as multinacionais manufatureiras entram em massa nos países periféricos que oferecem melhores oportunidades de lucro e se associam às burguesias locais, quando a classe operária e as forças políticas de esquerda começam a organizar-se em termos autônomos — nesse momento não há mais razão para divisões na burguesia. Esta se reunifica. Por outro lado, neste mesmo momento, a tecnoburocracia estatal, que se desenvolvera durante o período populista, à sombra do Estado Populista, ao qual procurara inclusive imprimir sua ideologia,<sup>57</sup> estava madura para assumir o poder. E então, entre os riscos da aliança com um proletariado fraco e desorganizado e a certeza de uma aliança com a burguesia, a tecnoburocracia prefere naturalmente a segunda alternativa.

Temos, assim, que não só a burguesia local se reunifica mas também se associa solidamente com a tecnoburocracia para formar um novo bloco histórico. Não é difícil imaginar porque os trabalhadores urbanos são agora novamente excluídos de qualquer participação no poder.

A exclusão dos estudantes tem outra origem. Na verdade não se trata de uma exclusão propriamente dita, já que os estudantes jamais participaram efetivamente do poder em qualquer país. No final dos anos sessenta, entretanto, uma série de fatos historicamente novos, que examinei extensamente em um outro trabalho (1972, b), levaram os estudantes a uma atitude de contestação radical do sistema. A partir desse momento os estudantes passaram a constituir-se em uma ameaça à ordem estabelecida. O Estado respondeu a esta ameaça com uma forte e bem sucedida repressão, que nos permite falar em exclusão estudantil do sistema de poder.

Outro setor que também vem sendo fortemente reprimido, principalmente na América Latina, é o representado pela Igreja Católica. Examinamos também detidamente esse fenômeno em *Tecnoburocracia e Contestação* (1972, b). A Igreja Católica, que era o aparelho ideológico

<sup>57</sup> O desenvolvimentismo do ISEB, no Brasil, na segunda metade dos anos cinquenta, é um exemplo perfeito dessa estratégia tecnoburocrática, que nesse momento confundia-se, até certo ponto, com posições de esquerda. Aníbal Pinto, em um trabalho de 1965, identifica os “grupos médios de esquerda” na América Latina com os novos burocratas que “emergiram com os serviços públicos e privados ampliados pela economia exportadora; sua base social se estendeu consideravelmente com o duplo impulso da industrialização e da urbanização dos decênios recentes. Para eles, o aparelho do Estado, mais do que instrumento promotor do desenvolvimento, tem sido um agente fundamental para a criação de empregos e de oportunidades de mobilidade social” (1965, pp. 76-77).

fundamental das classes dominantes, foi, através de um longo processo histórico, perdendo esse papel. O Estado moderno com seu próprio aparelho ideológico, somado a um forte aparelho repressivo, foi tornando dispensável a função sacralizadora das normas sociais e das próprias relações de produção vigentes desempenhada pela Igreja. Ao mesmo tempo esta começava a perder um número crescente de fiéis para igrejas concorrentes. Estes fatos levam setores cada vez mais significativos da Igreja Católica na América Latina a adotar uma atitude política de contestação, amplamente apoiada nas conclusões do Concílio Vaticano II e nos princípios éticos básicos do Cristianismo. Diante disto o Estado passa a excluir mais radicalmente a Igreja do sistema de poder e ao mesmo tempo procura sob todas as formas controlar e neutralizar sua ação no plano político e social.

As razões da marginalização dos intelectuais de esquerda é óbvia. À medida que o Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente é conservador socialmente, afasta por definição qualquer apoio da esquerda. Em regimes como o peruano e o mexicano, porém, em que a tecnoburocracia, diante da relativa fraqueza da burguesia local, procura também aliar-se à classe trabalhadora, certos setores da intelectualidade de esquerda ainda continuam a dar seu apoio ao Estado. No Peru, por exemplo, a Revolução Tecnoburocrático-capitalista de 1968 foi por muitos confundida com o início de uma revolução socialista, na medida em que combatia a oligarquia terratenente, adotava posições nacionalistas e procurava o apoio dos trabalhadores através de uma série de concessões. Esta ilusão vai, entretanto, esvaindo-se rapidamente, muito mais depressa do que se desfizeram as esperanças sobre a Revolução Mexicana.